

## **PROEJA X PRONATEC: QUAL É A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO QUE DEFENDEMOS PARA CLASSE TRABALHADORA?**

Danilma de Medeiros Silva<sup>1</sup>

Historicamente houve (e ainda há) o predomínio de uma dualidade no que se refere às concepções de educação que estão diretamente ligadas a dois projetos societários em disputa. Acontece que, aos filhos dos trabalhadores, o Estado ofereceu uma educação voltada para o atendimento à urgência do capital por mão-de-obra barata, ao passo que, aos filhos das elites brasileiras, era-lhes dada a oportunidade de continuidade dos estudos visando a galgar os melhores espaços no aspecto social e econômico (MOURA, 2006).

Nesse contexto, visualizamos o confronto montado por essas esferas de modalidades de educação, a saber: a propedêutica e a tecnológica, que, nas entrelinhas, aparece o embate social e econômico de duas classes: os que dominam e os que são dominados.

Para Ramos (2004), essas questões que demarcam a dualidade estrutural na educação brasileira é uma manifestação específica da dualidade social inerente ao modo de produção capitalista. Para a autora, a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por essa razão, a educação encontra-se dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade, usando sua força de trabalho, e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em especial o IFRN, ao longo dos seus 103 anos, vivenciaram aspectos dessa construção histórica em que, inicialmente, surgiram com o duplo objetivo de proporcionar as condições que garantissem as sobrevivências das pessoas menos favorecidas socialmente (os desvalidos da sorte), às quais eram ensinadas atividades artesanais ou trabalhos manufatureiros, bem como contribuir para garantia de mão-de-obra para atendimento das exigências do capital (PACHECO; PEREIRA E DOMINGOS SOBRINHO, 2009).

E assim foi até vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino de todo País, quando se passou a garantir aos estudantes dessas instituições a autorização para ingresso no ensino superior em área equivalente à de suas formações. Mas, justamente no período de grande crescimento econômico brasileiro, no Governo de Kubitschek, essas instituições conquistam reconhecimento e passam a ter autonomia didática e financeira. Daí em diante, os Institutos Federais assumem cada vez mais importante papel na formação de técnicos, a ponto de se tornarem uma grande referência brasileira no âmbito da educação profissional.

Diante dessas metamorfoses, no presente, os Institutos Federais têm o importante desafio de romper com o tradicional compromisso de oferecer uma modalidade de Educação voltada para as demandas exclusivas do mercado para assumir um compromisso com a sociedade no sentido de promover uma educação que proporcione a formação integral dos sujeitos, dando-lhes condições de participar ativamente na consolidação democrática do País (PACHECO; PEREIRA E DOMINGOS SOBRINHO, 2009).

Nesse sentido, como ação interessante que consolida a perspectiva de cumprimento da função social dos Institutos Federais, estão os cursos médios integrados e, em especial destaque, os da modalidade de educação de jovens e adultos, que

---

<sup>1</sup> Mestranda em educação pela UFRN, assistente social no IFRN, Câmpus Natal/Central

apresentam, como matrizes pedagógicas, o trabalho como princípio educativo, capazes de vencer a dualidade histórica, por conjugar a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Isso implica dizer que ofertar cursos integrados, operacionalmente constituídos pelo entrelaçamento entre formação propedêutica e formação profissional, apresenta a resposta necessária para efetivar o direito à educação, que permita o acesso real da classe trabalhadora aos bens materiais, sociais e culturais coletivamente construídos, que durante muito tempo foram (e ainda são) hegemonicamente centralizados nas mãos da classe dominante.

Diante dessa breve apresentação, convém destacar que as nossas inquietações centram-se na Política que começa a ser desenhada pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) para a educação de jovens e adultos (EJA) nos Institutos Federais. Percebemos que, há uma forte tendência da SETEC, juntamente com o MEC, em definir ações voltadas para EJA com a intenção de atender os ditames do capitalismo. Isso quer dizer que, ao contrário do que foi posto com a criação do Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA), em 2006, cuja concepção pedagógica vincula-se à formação humana e cidadã, estamos vivenciando uma forte expansão de cursos rápidos (dois, três meses de duração) com o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que tem por fundamentação ideológica formar, em curto prazo, pessoas para atender as exigências mercadológicas.

No IFRN, desde que o PROEJA foi implantado, mesmo existindo uma exigência legal para o funcionamento dos cursos nessa modalidade de ensino (Decreto 5.840 e Lei 11.892/2008), há resistência muito latente para o funcionamento desses cursos. Essa questão é tão forte que até hoje o IFRN, Câmpus Natal/Central não oferece cursos nessa modalidade. Isso porque, para alguns professores, de acordo com pesquisa que realizamos em 2010 (SILVA, 2010) e também com o relatório do NUPED (Núcleo de Pesquisa em Educação do IFRN) de 2011, trabalhar com EJA no IFRN compromete a qualidade da educação ofertada. Todavia os cursos do PRONATEC parecem dar a resposta mais interessante para o público a que se destina, aspecto muito presente no decorrer da história da educação brasileira: “uma educação pobre para os pobres”.

Convém destacar que o processo de implantação do PROEJA no IFRN (antigo CEFET-RN), quanto às resistências não foi muito diferente do que ocorreu em outros CEFET's, a exemplo de pesquisa realizada por Souza, Abdo e Oliveira (2008). Por outro lado, uma rápida observação nas páginas eletrônicas dos diversos Institutos Federais aponta que o PRONATEC vem sendo executado sem muitas celeumas no âmbito da Rede Federal de Educação e Tecnológica.

Pressupomos que esse aspecto de melhor aceitação para trabalhar-se com a EJA com os cursos do PRONATEC reveste-se, além da concepção pedagógica, também do incentivo financeiro dispensado pelo Governo Federal através das bolsas, com carga horária que ultrapasse a jornada de trabalho regular dos servidores dos Institutos Federais. Nesse sentido, destaca-se a questão da lógica ditada pelos organismos internacionais para as políticas públicas (FMI, Banco Mundial, BID, PNUD), totalmente aceita pelo Governo Brasileiro, em que o trabalhador, para ganhar mais, terá que dispensar maior carga horária de trabalho, ideologicamente na linha produtivista, em detrimento da política de garantia efetiva de direitos à classe trabalhadora.

Essa situação de aumento de carga horária de trabalho do docente para melhoria salarial é vista com bastante preocupação por diversos autores, a exemplo de Castro e Lauande (2009), ao passo que tem por orientação a redução de investimentos na valorização da carreira docente e entende que a inclusão dos salários do magistério no

quadro geral da administração pública prejudica a flexibilidade e a competitividade e passa a incentivar as bonificações por produtividade em detrimento do acréscimo ao salário-base. Isso, conforme as referidas autoras, não é um fator de valorização da profissão, mas de enfraquecimento da categoria, com consequências para o processo de ensino-aprendizagem em geral.

O catálogo de cursos do PRONATEC, disponibilizado na página eletrônica <http://pronatec.mec.gov.br/arquivos/guia.pdf>, apresenta o viés de formação para classe trabalhadora: “formação para trabalho manual, braçal”, feita às pressas. Isso porque, para o Governo brasileiro, é importante mostrar aos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, entre outros) que se está investindo em educação e também é necessário dar à população brasileira a impressão de que o direito social à educação está sendo cumprido.

Nacionalmente, percebe-se claramente que o PRONATEC tem sido colocado na ordem do dia por parte do Governo Federal. É nítido que o Programa é alvo de divulgação na mídia, seja televisiva, seja nos diversos meios de comunicação (internet, rádios, campanhas de políticos, entre outros), como também o volume orçamentário previsto para efetivar essa oferta no ano de 2013 se sobrepõe às demais ações da Rede Federal de Educação Tecnológica, a exemplo de ações como pesquisa e extensão. Serão mais de 330 milhões para o PRONATEC, ao passo que serão gastos apenas 40 milhões com a pesquisa e extensão, ações fundamentais para a garantia de uma formação plena para os estudantes dos Institutos Federais.

Por tudo isso, compreendemos ser imprescindível refletir criticamente acerca dos descompassos que estão sendo traçados entre a concepção de educação expressa nos documentos oficiais, discursos do Governo e a serviço verdadeiramente de quem estão sendo executadas algumas ações como o PRONATEC. Precisamos defender que uma educação compromissada com a classe trabalhadora tem por princípio possibilitar-lhe à inclusão social e para isso a formação deve integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, enfim supõe dar condições para que o sujeito compreenda o processo inerente às contradições da sociedade capitalista e as possibilidades de transformar a realidade social em que ele vive.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Alda Maria D. A.; LAUANDE, M<sup>a</sup> de Fátima R. F. Formação de professores da Educação Básica em Nível Superior: Uma exigência da sociedade da comunicação e da informação. CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO,

Antonio; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Org.).

**Políticas para a educação superior no Brasil:** velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. In: Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. **Anais...** Brasília: prelo, 2006.

PACHECO, Eliezer Moreira. PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. DOMINGOS SOBRINHO, Moisés.

**Educação profissional e tecnológica:** das escolas de aprendizes artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. T&C Amazônia, Ano VII, Número 16, Fevereiro de 2009.

RAMOS, M.N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino médio:** ciência, cultura e trabalho. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2004.

SILVA, Danilma de Medeiros. **O (A) aluno (a) do PROEJA nas representações sociais dos professores do IFRN, Campus Natal/Zona Norte.** Monografia de Pós-graduação Lato Sensu. Natal, IFRN, 2010.

SOUZA, Elaine Fernandes de. ABDO, Patrícia Ferraz. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **O processo de implantação do PROEJA no CEFET-X:** visões de professores e gestores. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/simplosionete/sites/default/files/OLIVEIRA,Maria%20Auxiliadora.pdf>>.

Acesso em: 27 jan. 2010.

